

CAPÍTULO 4: MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL

Lúcio Carlos Gonçalves¹, Matheus Anchieta Ramirez², Alex de Matos Teixeira³, Dalvana dos Santos⁴, Frederico Patrus Ananias de Assis Pires⁵, Rafael Araújo de Menezes⁵, Bruna Oliveira da Silva⁶, Adnilson Paula D'Abadia Netto⁶

Para compreender a modernização da agricultura brasileira, será necessário descrever as principais transformações que ocorreram desde o Brasil Colônia até hoje.

De um país habitado por nativos, com uma natureza exuberante, que praticavam atividades extrativistas e a agricultura de subsistência em escala irrisória no ano de 1500, chegamos ao século XXI (2016) com uma estrutura fundiária dominada por latifúndios com uma agropecuária (aqui chamada de agricultura) que apresenta ilhas de extrema competência, com altos índices de produção e produtividade. No entanto, a agricultura brasileira apresenta contrastes marcantes, em todas as regiões do país: enquanto uma parcela de produtores rurais (aqui denominados patronais) desfruta de excelentes condições socioeconômicas, a grande maioria dos agricultores do país (aqui denominados agricultores familiares) vive em condições de penúria, com baixos índices de produção e de produtividade, sem acesso às benesses do desenvolvimento, com baixo nível de adoção das tecnologias disponíveis no país, sem capacidade de investimento e aliados das modernas tecnologias da informação (TIs).

Se o país dispõe de grandes áreas de terras agricultáveis e com regime pluviométrico favorável, que propicia o desenvolvimento de um grande número de

¹ Engenheiro Agrônomo, DSc, Prof. Adjunto Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG. luciocg@vet.ufmg.br

² Médico Veterinário, DSc, Prof. Adjunto Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG. matheusarta@yahoo.com.br

³ Médico Veterinário, DSc, Prof. Adjunto Faculdade de Medicina Veterinária, UFU, Campus Umuarama, Bloco 2T, CEP: 38400-902, Uberlândia, MG. alexmteixeira@yahoo.com.br

⁴ Médica Veterinária, Mestranda em Nutrição Animal, Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

⁵ Graduando em Medicina Veterinária, Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

⁶ Graduando(a) em Medicina Veterinária, Adjunto Faculdade de Medicina Veterinária, UFU, Campus Umuarama, Bloco 2T, CEP: 38400-902, Uberlândia, MG.

culturas, por que chegamos a esta configuração nos dias atuais para a agricultura nacional?

Para compreender este processo, necessário se faz retornar até o Brasil Colônia e descrever as formas de ocupação e as transformações que antecederam o atual *status* de socioeconomia do país.

No século XVI, a Europa Ocidental era o centro organizador ou emergia como o principal centro que organizava o comércio no mundo. Dessa forma, o intercâmbio com outras regiões era necessário para a conquista de novos mercados para seus produtos e para a obtenção de artigos que esse continente não produzia. Nessas circunstâncias, o Brasil foi descoberto, e sempre foi objetivo dos colonizadores (coroa portuguesa) extrair da colônia o maior número possível de produtos exóticos. A colônia tinha a função de produzir para a metrópole.

No caso do Brasil, as terras pertenciam à coroa portuguesa e, como tal, eram consideradas propriedade privada e serviam tão somente à especulação lusitana no interesse de descobrir e retirar o máximo para seu comércio. A condição de colônia de exploração indica o caráter espoliativo e quase sempre predatório no uso dos recursos naturais aqui existentes (Prado, 1999).

Portanto, o rei distribuía a terra a quem fosse do seu interesse, mas era necessário ocupar a nova área descoberta. Dessa forma, as capitanias hereditárias representaram a distribuição de extensas áreas de terras que foram doadas a quem tinha laços de parentesco ou havia prestado algum serviço relevante à coroa.

A concessão de áreas menores, as sesmarias, e de grandes áreas de terras também era feita de acordo com as determinações do rei de Portugal. Logicamente que, já no início da colonização, criou-se uma casta de privilegiados e um grande número de excluídos.

Naquela época, a terra significava poder e o país iniciava a produção de bens primários para atender exclusivamente os anseios da metrópole. Surgiram, assim, as grandes plantações de cana-de-açúcar. No início, os portugueses tentaram escravizar os índios, mas, com o fracasso dessa empreitada para sustentar as grandes plantações (plantation), passaram ao tráfico internacional de escravos oriundos do continente africano.

De forma lenta e gradual, desenvolveu-se no país um sistema secundário marginal e oprimido, que, apesar de paralelo, era complementar e integrado às

grandes propriedades, as quais representavam núcleos de produção autônomos que produziam suas matérias-primas basicamente voltadas à exportação. Diferia muito das grandes áreas de produção porque os produtores não possuíam a terra e era composta por índios, ex-escravos, mestiços e os empobrecidos pelo regime “morgadio”, em que somente os primogênitos recebiam a herança da propriedade rural.

Aos oriundos do morgadio, por sua origem, às vezes era concedido obter uma área de terra para se estabelecerem, mas ao restante da população só restava a marginalidade, uma vez que, após estabelecidos, poderiam ser desalojados caso aquela área viesse a ser doada a alguém na forma de uma nova sesmaria. De acordo com Martins (1990), a sesmaria tinha precedência legal sobre o direito dos posseiros e o novo fazendeiro só necessitava indenizá-los pelas benfeitorias.

Isto demonstra a fragilidade das bases que geraram o campesinato no Brasil. Após o surgimento dos núcleos urbanos, a demanda por gêneros alimentícios serviu para legitimar a presença dos posseiros no contexto socioeconômico brasileiro, no entanto sem legalizar a posse da terra. Eram condutores de lavouras de pobres, mas, já no início do século XIX, podiam se dedicar ao cultivo de produtos exportáveis, como café, tabaco, aguardente, etc., todavia o produto obtido tinha de ser comercializado junto às grandes fazendas para serem beneficiados, o que mantinha sempre uma relação de dependência às grandes propriedades.

Dessa forma, a classe de privilegiados extorquia os despossuídos, que deveriam trabalhar e produzir e eram também extorquidos pela coroa.

A exceção a esse modelo de exploração foi o sul do país, região fronteira, a partir do século XVIII, pois, neste caso, o objetivo era assegurar a posse da terra para evitar o avanço da coroa espanhola. Além do mais, as características climáticas da região não eram adequadas para implantação das culturas tropicais para exportação. Criou-se uma estrutura fundiária de pequenas propriedades dedicadas à criação de gado e às culturas de subsistência, com ocupantes oriundos das classes médias e pobres da população.

A partir da segunda metade do século XVIII, Portugal perde a hegemonia do comércio na Europa, que passa ao domínio dos ingleses. A colônia já havia mudado e já havia também resistências ao modo de exploração que fora implementado, em face da ausência de resistências iniciais (os nativos não possuíam organização para deter

os portugueses, que praticaram um verdadeiro genocídio dos primeiros brasileiros que habitavam o país).

Mesmo com a transferência do governo metropolitano para o Brasil, a Inglaterra detinha condições especiais para o comércio com o Brasil, que já havia conquistado o direito de manter relações comerciais com outros países (o monopólio comercial havia sido quebrado).

Em meados do século XIX, chega a vez da proibição do tráfico de escravos. Essa medida é o prenúncio de grandes modificações no Brasil, pois trata-se de medida que soaria como um desastre para os fazendeiros e para os traficantes representava o fim de um negócio de alta lucratividade. É bom lembrar que a posse dos escravos representava poder econômico e os fazendeiros trocavam produtos por escravos para garantir a capacidade de produção e, portanto, o poder. A imigração surge como opção porque os fazendeiros não queriam utilizar a mão de obra presente no país nem os trabalhadores desejavam atender aquele patronato. Mas era necessário evitar que os “novos colonos” oriundos da imigração adquirissem terras, uma vez que a Constituição de 1824 já abolira as sesmarias e, conseqüentemente, o número de posseiros havia aumentado muito.

Surge, assim, como solução para garantir a hegemonia das elites dominantes a Lei de Terras, de 1850. Essa lei prescrevia a compra da terra como a única forma de adquiri-la; dessa maneira, os imigrantes dificilmente poderiam ter acesso_à terra.

Com isso, foi garantida a manutenção dos latifúndios, que significava um conservadorismo social e econômico. Naquela época, o mundo estava em transformação e foi, então, o momento da implantação das chamadas reformas liberais, que determinaram o desenvolvimento socioeconômico do país e a manutenção das grandes propriedades. Nesse caso, houve grande influência dos brasileiros que vivenciaram os novos ares enquanto estudavam nas universidades europeias. Portanto, a terra era o fator básico de produção. A única maneira de obter a propriedade da terra era a compra (assim determinava a Lei de Terras). Para os fazendeiros, a lei convertia as terras dos grandes fazendeiros em propriedade privada, mas os posseiros, para adquirir a posse, deveriam comprá-las. Por outro lado, o dinheiro arrecadado com a venda de terras públicas foi todo revertido para oferecer aos senhores das terras mão de obra gratuita oriunda da imigração.

A Lei de Terras foi concebida pela classe latifundiária para garantir e assegurar o monopólio e impedir o acesso de outros grupos vinculados à terra. Com a chegada dos colonos estrangeiros, as fazendas de café multiplicaram-se porque o custo de produção caiu muito em relação ao café produzido pela mão de obra escrava, uma vez que o custo da formação do cafezal era muito baixo. Permitia-se aos colonos cultivarem as entrelinhas do café, o que mantinha as lavouras sempre limpas.

Associado a isto, o preço internacional do café era alto e, dessa forma, os fazendeiros com os lucros adquiriam mais terras, formavam novos cafezais e ganhavam ainda mais dinheiro. Para garantir a ordem no país, o governo já havia criado a Guarda Nacional (1824); surge, então, a figura do coronel da Guarda Nacional, que era o mediador, representante do Estado, o qual tinha a função de manter a ordem, inibindo a desordem das classes populares. Tem-se a privatização do poder para manter e exercer a repressão e, em contrapartida, mantém-se a coesão do país, garantindo, dessa forma, as elites no poder. Já mais adiante, com o declínio dos preços do café no mercado internacional, o governo central passa a comprar os excedentes dos produtores para garantir a manutenção destes, que também davam sustentação ao poder central.

Com a Proclamação da República, o país mantinha a mesma estrutura fundiária, mas as terras que o café havia esgotado permitiram a multiplicação de pequenos proprietários e posseiros.

Embora tenha mantido a mesma estrutura fundiária nos primeiros anos de República (1889), o país enfrentou uma das piores crises de sua história. Era uma crise econômica, social e política. Economicamente, a crise veio conjugada com o famoso “crash” da Bolsa de Nova York (1929) e foi agravada no Brasil pela compra dos excedentes da produção do café que não tinha mercado para ser comercializado e estava acumulado nos estoques do governo. Dessa forma, a agricultura do país baseada no café, seu principal produto, entra em crise profunda e instaura o começo da perda de prestígio das classes dominantes (os grandes fazendeiros).

Após o declínio das elites produtoras de bens primários, o equilíbrio de forças havia se deslocado com a Proclamação da República. Opera-se no país, sob um clima de equilíbrio das elites dominantes, a nova oligarquia da indústria de bens de transformação menos vinculada à agroexportação e à classe menos privilegiada (comerciantes, povo em geral).

É nesse momento e baseado nesse equilíbrio entre as forças que Getúlio Vargas aparece e assume o poder por 15 anos (a maior parte do tempo como ditador) e passa a privilegiar a instalação de novas indústrias com o processo “Nacional Desenvolvimentismo”. As indústrias deveriam localizar-se perto das pequenas propriedades para fornecerem alimento barato. Em 1930, o país tinha 85% da população no meio rural e 15% dela nos centros urbanos.

Fica clara a importância do setor para a economia do país. No entanto, entre 1930 (começo da industrialização) até final da década de 40, o país apresentava baixos níveis de produção e produtividade.

É bom lembrar que, ainda no governo de Vargas, no “Estado Novo”, as colônias agrícolas representaram um importante marco para o desencadeamento da marcha da agricultura e da ocupação de terras devolutas, portanto dos movimentos migratórios no país. Convém ressaltar que essas colônias logo foram abandonadas pelos governos federal e estaduais.

A esta ocupação do campesinato, entretanto, não se seguiu uma democratização do acesso à terra. Vale acrescentar que, mesmo Vargas, ao criar benefícios para os trabalhadores, não os estendeu aos trabalhadores rurais, possivelmente para evitar se indispor com as elites agropecuárias, que ainda eram uma força importante para determinar a política nacional.

No final da década de 40, com a economia mundial em grande transformação, ocorre um aumento da produção visando atender o mercado interno e começa a aparecer, de forma mais deliberada, o uso de insumos na agricultura (novas variedades) e de equipamentos e máquinas, mas essas transformações ainda são tímidas, pois dependem muito do mercado externo pela via da importação.

Essa forma de expansão continua durante toda a década de 1950 até o início dos anos 60. Basicamente até 1960 a agricultura brasileira era voltada para a exportação e mantinha-se sob grande primitivismo tecnológico (Censo, 1960).

A modernização da agricultura brasileira passou a ser uma necessidade objetiva a partir do momento em que o processo de diversificação e complexação do parque industrial brasileiro se completa.

Assim, a maneira como se fazia a produção não se adaptava ao propósito modernizante, que pretendia conectar os diversos setores da economia, tudo isso visando facilitar a acumulação do capital.

É bom lembrar que esse anseio modernizante não visava alterar as condições de vida do produtor rural e muito menos a estrutura fundiária vigente no país.

Nesse sentido, Bendix (1996) afirmou que “as sociedades ocidentais progrediram firmemente para uma condição na qual os direitos de cidadania são universais. Onde os direitos ainda são negados, o conflito é evidente e muitas vezes violento”.

Dessa forma, os conflitos começam a crescer no campo e surge no país um nacionalismo que reivindicava reforma agrária, crescimento dos salários e do mercado interno. Essas novas forças visavam derrotar as elites dominantes e a superar o pacto de poder que sustentou historicamente a agricultura e a industrialização do país.

O golpe militar de 1964 foi decisivo para enfrentar os conflitos existentes no campo e manter o pacto político institucional, que incluía as elites agrárias como um de seus mais fortes componentes. Com os movimentos sociais derrotados, especialmente os do setor agrário, era hora de modernizar a agricultura.

Entre 1965 e 1979, o Brasil passou pela denominada “modernização conservadora”, pois objetivou-se, em uma estrutura fundiária marcada desde o período colonial pela concentração em grandes unidades agrícolas, transformar essas unidades de exploração agrícola em capitalistas, sem que houvesse o fracionamento da estrutura fundiária nacional.

O termo “modernização conservadora” (MC) foi elaborado por Barrington Moore Júnior (1975) para retratar o desenvolvimento capitalista da Alemanha e do Japão, que realizaram revoluções burguesas vindas de cima e excluíram o proletariado e os camponeses do direito pleno à democracia e à cidadania. Este autor ainda relata que foram três os caminhos históricos que levaram o mundo pré-industrial ao contemporâneo: o primeiro levou ao surgimento e à construção de sociedades capitalistas e democráticas (Inglaterra, França e Estados Unidos); o segundo, que passou por reformas burguesas fortes, mas parciais, levou ao fascismo; e o terceiro, ao caminho do comunismo da China e da Rússia.

É importante ressaltar que a MC que aconteceu no Brasil era diferente daquela ocorrida na Alemanha e no Japão, por razões óbvias, ou seja, pelo estágio de desenvolvimento destas nações em relação ao Brasil, que nunca – deve-se reforçar – permitiu alteração em sua estrutura fundiária.

De acordo com Guimarães (1977), diferentemente da reforma agrária, a MC teve por objetivo o crescimento da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem que fosse tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária. Convém também destacar que a MC implantada no Brasil foi uma política do governo militar (pós-64).

1) O que favoreceu, então, a MC?

Os fatores que, juntos, favoreceram a implantação da MC no Brasil foram:

- 1 – Aumento dos preços agrícolas no mercado internacional
- 2 – Disponibilidade do pacote tecnológico da Revolução Verde
- 3 – Consolidação do parque industrial voltado para a agroindústria
- 4 – Aumento da efervescência das tensões sociais no campo

Do ponto de vista do governo, foram as seguintes as ações mais importantes:

- a) Crédito rural subsidiado
- b) Fortalecimento da assistência técnica
- c) Dinamização da pesquisa
- d) Abandono da questão agrária

Todos os eventos favoráveis (1, 2, 3) e a necessidade de reduzir as tensões no campo (evento 4) mais a ação do governo (itens a, b, c, d) permitiram que o país experimentasse um crescimento da sua produção agropecuária, mas sem alterar a estrutura fundiária existente. É importante salientar que os pequenos produtores ou a agricultura familiar não foram beneficiados pela MC, pois os eventos, que serão detalhados a seguir, não puderam ser percebidos e não modificaram o *status* da agricultura familiar no país no período supracitado (1964-1979-80).

Assim, o modelo da MC ergueu-se sobre os alicerces da superação do modelo de agricultura familiar por meio da superação do modelo tradicional, tendo como fundamento a dinamização técnica da base produtiva. Era senso comum que o atraso da agricultura brasileira devia-se à incapacidade do pequeno produtor de se tecnificar e produzir em bases técnico-científicas.

Também o modelo de agricultura que levava ao aumento da dependência tecnológica, com elevado nível de degradação ambiental e dependência financeira do agricultor com generalizado desempenho rural, provocou a sua rejeição pelos próprios

agricultores familiares (Souza, 2013). No entanto, isto só foi percebido após a própria MC, que, como política concentradora e acumuladora do capital, naturalmente excluiu a agricultura familiar do processo.

Em face da possibilidade de dinamismo da agricultura propiciado pelos ares da Revolução Verde e pela experiência exitosa de aumento de produção que já havia ocorrido no Primeiro Mundo e fora favorecido pelo aumento do preço das *commodities* e da consolidação dos complexos agroindustriais (CAI), que passaram a beneficiar e a processar parte da produção agropecuária do país, o governo agiu de forma determinante.

A concessão do crédito rural subsidiado foi o grande motor do desenvolvimento da agricultura. No entanto, esse crédito rural pouco chegou até o agricultor familiar, que, de um modo geral, foi excluído do processo de MC. Nas grandes propriedades, por outro lado, possibilitou um aumento da produção e até da produtividade, pois o crédito rural permitia o uso de corretivos e fertilizantes e também a aquisição de máquinas e implementos modernos e com base tecnológica modificada, além de sementes de boa qualidade. O fato é que os grandes agricultores tinham maiores facilidades para acessarem o crédito rural e, com isso, aumentaram a renda. Beneficiados pelos preços atraentes das “*commodities* agrícolas” no mercado internacional, passaram a adquirir mais terras, aumentando ainda mais a concentração fundiária e provocando aumento das migrações da população rural para as cidades (êxodo rural). Na época da MC, em 20 anos, 30 milhões de pessoas deixaram o campo (1960-1980).

O agricultor patronal comprava mais terras, fazia novo financiamento e, assim, aumentava mais ainda sua renda.

Essa fartura de crédito rural estava associada às mudanças institucionais realizadas pelo governo, como a criação do Banco Central e a reforma do sistema financeiro nacional. Alia-se a isso a conjuntura mundial favorável, com grande disponibilidade de recursos financeiros.

2) Fortalecimento da assistência técnica

A assistência técnica foi fortalecida nessa época após a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (Acar), em Minas Gerais. O governo federal encampou

a ideia até chegarem os escritórios do sistema da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Técnica (Abcar) em todos os estados da federação.

Posteriormente, o sistema Abcar, que foi criado com a função de fornecer assistência técnica e facilitar o crédito rural, transformou-se no sistema Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), que continuou a facilitar o acesso ao crédito, no entanto essa assistência técnica era de base difusionista, em que o extensionista decidia o que era bom para a região e para o empreendimento agrícola, sem uma participação mais efetiva do agricultor.

É claro que os pacotes tecnológicos da Revolução Verde ou os pacotes adaptados pela pesquisa brasileira facilitaram a ação da extensão difusionista.

É importante ressaltar que, durante a MC, o agricultor familiar quase não recebeu assistência técnica. Os técnicos do Sistema Brasileiro de Extensão Rural eram quase 100% formados em bases produtivistas e, portanto, não atenderam os agricultores familiares.

3) Dinamização da pesquisa

A pesquisa em agropecuária no Brasil era realizada nos institutos de pesquisa, por ex.: o Instituto de Pesquisas Agropecuárias do Centro-Oeste (Ipeaco). Em 1973, o governo brasileiro criou a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que muito contribuiu com suas pesquisas para alavancar a MC, desenvolvendo os famosos pacotes tecnológicos com variedades novas ou adaptadas, com manejos de semeadura, condução das culturas e de colheita, bem como pesquisas acerca do processamento de produtos agropecuários.

A Embrapa deu uma importante contribuição para a MC porque passou a sistematizar a pesquisa agropecuária no país.

4) Aumento da efervescência das tensões sociais no campo

Durante a MC, o governo praticamente abandonou a questão agrária no que se refere a reformas e ou políticas redistributivas. O governo militar iniciou bem, com a criação do Estatuto da Terra, em novembro de 1964, com uma posição favorável à mudança fundiária do país. Entretanto, a falta de sustentação política dessas intenções divergentes na base social e política do governo militar levou à supressão de intenção de mudança na estrutura agrária brasileira a partir do Ato Institucional n.5

(AI-5), de dezembro de 1968, e à adoção da proposta de que era melhor transformar a latifúndio numa empresa capitalista do que reformar a estrutura fundiária do país.

Com o AI-5, reprimia-se qualquer possibilidade de recrudescimento dos movimentos sociais do final da década de 50 e início da década de 60.

É evidente que as características da MC deste período estão profundamente associadas à ditadura militar cuja base social de apoio influenciou decisivamente quais seriam os grupos sociais favorecidos [agricultores capitalistas “grandes”, empresas dos CAIs (nacionais e multinacionais), latifundiários “tradicionais” e “modernos” e o sistema financeiro] e os penalizados (pequenos agricultores, assalariados rurais em particular os boias-frias e populações rurais sem terra).

Portanto, a modernização conservadora (1965-1979), com seu caráter excludente, aumentou a demanda por terra por parte do movimento sindical remanescente (Pastoral da Terra, criada em 1975) e chegamos, então, ao início da década de 80, com uma maior concentração fundiária, com os agricultores familiares sem assistência técnica e crédito em condições até piores do que em 1960 e com um inchamento das cidades provocado pelo forte êxodo rural (de 1960 até 1980, 30 milhões de pessoas deixaram o campo em direção às cidades), sendo o Sudeste e o Sul responsáveis por 60% das migrações líquidas no meio rural nas décadas de 1960 e 1970 (Delgado, 2009).

No início da década de 1980, como consequência da crise da dívida externa e com a crise do capitalismo, houve os seguintes eventos desfavoráveis:

- a) queda de preços internacionais,
- b) redução do financiamento da agricultura,
- c) redução da produção industrial devido à crise do capitalismo,
- c) declínio da massa salarial e do consumo interno,

os quais levaram a agropecuária nacional a:

- 1) reduzir a incorporação de tecnologias,
- 2) reduzir a área cultivada,
- 3) reduzir o efetivo do rebanho,
- 4) reduzir a expansão agrícola,
- 5) aumentar as pequenas áreas e de pequenos agricultores,
- 6) racionalizar o uso de recursos.

Diante dessas constatações, o governo intervém com:

- a) criação de políticas de preços mínimos,
 - b) maxidesvalorizações cambiais,
 - c) crédito rural para culturas específicas,
- por exemplo: cana-de-açúcar e laranja, soja e cacau.

A agricultura brasileira, entretanto, contava com uma estrutura produtiva privilegiada e racionalizou a produção (por ex.: uso de adubação), reduziu a importação de produtos agrícolas e, com a entrada da “*commoditie*” soja no mercado internacional, auxiliado por taxas de câmbio favoráveis, recuperou-se e chegou a produzir supersafras entre 1985 e 1989.

Novamente nesta fase, a agricultura familiar permanece estagnada ao passo que a grande produção se recupera, ajusta-se e sai rapidamente da crise instalada no início dos anos 80.

Dessa forma, o crescimento econômico passa a depender do comportamento do mercado externo e não do interno. Mas o crescimento da agricultura foi mais favorável do que o crescimento da indústria. O governo Figueiredo (1979-1985) havia criado uma prioridade para a agricultura por intermédio de seu ministro da Fazenda Delfim Netto, com o mote “Encher a panela do povo”, juntamente com uma política cambial que favoreceu as exportações. Em suma, pode-se dizer que, nos anos 80, as políticas cambiais de preços mínimos e de tecnologias viabilizavam o crescimento agrícola em um ambiente macroeconômico interno e externo bastante desfavorável.

As distorções provocadas pelo crédito rural foram atenuadas (pela própria redução da disponibilidade) e a rentabilidade das culturas domésticas aumentou em relação às de exportação. Com o melhor desempenho dessas culturas entre 1980-1985, o número de estabelecimentos de pequenos agricultores aumentou pela primeira vez no país, ocorrendo menor intensidade de migrações e maior estabilidade do emprego agrícola, o que provocou relativa queda no preço da terra em relação à década de 70.

A ditadura militar já dava sinais de enfraquecimento no final de 1984, e em 1985 instala-se a Nova República, tendo sido eleito presidente Tancredo Neves (que foi substituído por seu vice, José Sarney).

Em 1988, promulga-se uma nova Constituição e, a partir dos anos 90, já com a nova Constituição, a atuação do Estado é reduzida por uma crescente restrição às políticas setoriais (para o crédito agrícola ou para produtos agrícolas). Tem-se também

uma abertura comercial e a valorização cambial. Mesmo com um cenário desfavorável, a agricultura (agricultura + pecuária) apresentou desenvolvimento satisfatório.

Um fator importante, referente ao aumento da participação da agricultura no produto interno bruto (PIB) nacional, diz respeito ao crescente uso de tecnologias, o que mostra que a agricultura continuou se modernizando mesmo na ausência de crédito rural e de políticas setoriais dos governos neoliberais. Os índices de modernização nos anos 90 foram melhores do que os da MC.

A análise da modernização nos anos 2000 revela que, mesmo enfrentando sucessivas crises internacionais, a agricultura brasileira, sobretudo a agricultura para exportação, vem apresentando um nível crescente de adoção de novas tecnologias no que se refere aos setores de eletrônica, microeletrônica e, principalmente, de TI. São muitas as publicações referentes às tecnologias de informação, e a conclusão geral é que mesmo grandes empreendimentos que se desenvolveram e cresceram muito durante a MC não têm apresentado capacidade de adoção dessas tecnologias por falta de conhecimento de como elas funcionam e, principalmente, pela incapacidade de avaliar o impacto direto que essas tecnologias poderão exercer sobre os sistemas de produção; alia-se a isso a incapacidade de operar equipamentos modernos computadorizados e que às vezes necessitam de programações específicas (falta pessoal especializado). Chegamos em 2016 com um cenário de estrutura fundiária que apresenta extensas propriedades (agricultura patronal) e um grande número de estabelecimentos de agricultura familiar.

A agricultura, que agora faz parte do agronegócio relativo à produção de *commodities*, vai muito bem e tem apresentando modernização permanente, com capacidade de adoção de novas tecnologias, principalmente no que se refere às tecnologias de informação. E é um setor importante na composição do PIB nacional.

Por outro lado, a agricultura familiar chegou ao final da MC com sérios desequilíbrios, com graves problemas sociais e de agroecologia. Nos anos que seguiram à MC, décadas de 80, 90, 2000 e até meados da década de 2010 (ano 2015), a agricultura familiar pouco se modernizou. Pela falta de financiamentos adequados (que, muitas vezes, não chegam até os produtores de mais baixa escolaridade ou analfabetos funcionais) e pela incapacidade de investimentos, poucas transformações puderam ser implementadas.

É verdade que a agricultura familiar conta com recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para financiar o seu desenvolvimento, mas esses recursos não são acessíveis para todos os agricultores.

Numa tentativa de auxiliar a modernização dos agricultores familiares, o governo criou o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), uma vez que a agricultura familiar não se beneficiou da MC. Acontece que esses programas de extensão, que devem, por lei, ser gratuitos, dependem muito da sensibilidade do governo federal, de governadores e dos prefeitos para fazer dotações orçamentárias a fim de melhorar a efetividade do processo.

É bem verdade que a agricultura do grande negócio voltada para a produção de *commodities* modernizou-se e continua a se modernizar, mesmo enfrentando problemas com câmbio e ausência de políticas setoriais.

No que se refere à agricultura familiar, será preciso mais atenção das autoridades, pois esse tipo de agricultura apresenta um substancial atraso em relação ao grande negócio.

Serão necessários programas específicos que visem, antes de tudo, emancipar o produtor (por meio da educação, mesmo que não seja formal) e respeitar sempre as ações relativas a gênero, geração, etnia, sustentabilidade e aquelas que respeitem a agroecologia dos diferentes ecossistemas desse imenso país.